

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda decorre da necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento de gás para atendimento das atividades rotineiras desenvolvidas pelas diversas unidades administrativas do Município de Ubiratã, tendo em vista a proximidade do término dos contratos atualmente vigentes.

O gás é insumo essencial para a execução de serviços públicos, especialmente em setores que demandam preparo de alimentos ou outras atividades operacionais indispensáveis ao regular funcionamento da Administração Pública, como escolas, creches, entidades, unidades de saúde e demais repartições. A eventual descontinuidade no fornecimento desse insumo pode ocasionar prejuízos diretos à prestação dos serviços públicos, impactando negativamente o atendimento à população e comprometendo a eficiência administrativa.

Ademais, além da necessidade recorrente de recarga de gás, verifica-se a pertinência de se prever, ainda que de forma eventual, a possibilidade de aquisição de recipientes (cascos), considerando situações excepcionais como perda, dano, extravio ou necessidade de ampliação da capacidade de armazenamento. Tal previsão visa resguardar a Administração quanto à continuidade operacional, evitando interrupções decorrentes da indisponibilidade de recipientes adequados.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de realização de estudos com o objetivo de analisar o contexto da contratação, identificar as demandas existentes, avaliar os riscos envolvidos e subsidiar a tomada de decisão administrativa, garantindo que a futura contratação atenda ao interesse público, com eficiência, economicidade e observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria da Administração, para atendimento de todas as secretarias municipais.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida deverá observar requisitos mínimos capazes de assegurar o adequado atendimento das demandas do Município de Ubiratã, garantindo a continuidade, a segurança e a eficiência no fornecimento de gás às unidades administrativas.

Nesse sentido, a futura contratada deverá possuir capacidade operacional e logística para realizar, de forma contínua e sob demanda, a recarga de gás e eventual fornecimento de recipientes (cascos), com entregas diretamente em todos os prédios públicos municipais indicados pela Administração, abrangendo tanto a zona urbana quanto em áreas rurais. As entregas deverão ocorrer de maneira parcelada, conforme as necessidades de cada unidade, mediante solicitação prévia do setor competente.

A empresa deverá dispor de estrutura adequada para transporte e manuseio do gás, observando rigorosamente as normas técnicas e de segurança aplicáveis, inclusive quanto ao acondicionamento, transporte e substituição dos recipientes, de modo a prevenir riscos à integridade física de servidores,

usuários e demais envolvidos. Deverá, ainda, garantir que os recipientes fornecidos ou recarregados estejam em perfeitas condições de uso, dentro dos prazos de validade, devidamente lacrados e em conformidade com os padrões exigidos pelos órgãos reguladores.

A contratada também deverá assegurar agilidade no atendimento das demandas, especialmente em situações emergenciais, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços públicos. Para tanto, poderá ser exigido prazo máximo para atendimento das solicitações, a ser definido pela Administração, compatível com a criticidade do fornecimento.

Adicionalmente, a empresa deverá manter regularidade fiscal e trabalhista, bem como comprovar aptidão para o desempenho da atividade, mediante apresentação de documentação pertinente e, quando cabível, autorizações ou registros junto aos órgãos competentes.

Por fim, a contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela qualidade do produto fornecido e pelos serviços prestados, respondendo por eventuais vícios, falhas ou irregularidades, bem como pelos danos que vier a causar à Administração ou a terceiros, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e o adequado atendimento ao interesse público.

Prazos para entrega

Considerando a natureza essencial do fornecimento de gás para o regular funcionamento das atividades administrativas, especialmente em unidades que dependem diretamente desse insumo para preparo de alimentos e demais rotinas operacionais, estabelece-se como requisito da contratação que as recargas sejam realizadas em prazo máximo de até 40 (quarenta) minutos, contados a partir da solicitação formal da unidade requisitante.

Tal exigência justifica-se pelo fato de que o Município não dispõe de condições adequadas para manter estoque de recipientes de gás em quantidade suficiente para suprir eventuais interrupções, seja por limitações de espaço físico, seja por questões de segurança no armazenamento. Dessa forma, a ausência de estoque regulador torna as unidades administrativas altamente dependentes do pronto atendimento por parte da contratada.

Nesse contexto, a fixação de prazo reduzido para atendimento visa mitigar o risco de descontinuidade dos serviços públicos, evitando paralisações que possam comprometer atividades essenciais, como o preparo de refeições em escolas e unidades de atendimento, bem como outras demandas operacionais. Assim, o atendimento ágil e tempestivo constitui requisito indispensável à adequada execução contratual e à preservação do interesse público.

Qualificação técnica

No tocante à habilitação técnica e à regularidade para o exercício da atividade, constitui requisito indispensável da contratação que a empresa esteja devidamente autorizada a atuar no segmento de comercialização e distribuição de gás, devendo comprovar registro ativo junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em conformidade com a regulamentação vigente aplicável ao setor.

Adicionalmente, a contratada deverá apresentar certificação ou documento equivalente emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar competente, atestando que suas instalações, equipamentos, veículos e procedimentos operacionais atendem às normas de segurança contra incêndio e pânico, bem como às exigências relativas ao armazenamento, manuseio e transporte de gás.

Tais requisitos visam garantir que a empresa contratada atue em conformidade com os padrões legais e normativos, assegurando a segurança das operações, a integridade dos usuários e servidores públicos, bem como a mitigação de riscos inerentes à atividade, especialmente em razão da natureza inflamável do produto fornecido.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Em verificação junto a Divisão de Compras, responsável pela gestão administrativa da contratação anterior, verificou-se um consumo médio nos últimos doze meses que serão consideradas para definição das quantidades da presente contratação, quais sejam:

ITEM	QTDE
Casco de gás vazio de 13 kg	5
Casco de gás vazio de 45 kg	5
Recarga de gás GLP 20kg	50
Recarga de gás P13	600
Recarga de gás P45	250

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O mercado de fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) apresenta-se amplamente estruturado e competitivo, contando com diversas empresas autorizadas a atuar no segmento, o que assegura à Administração Pública a existência de múltiplos fornecedores aptos a atender à demanda.

No âmbito das soluções disponíveis, verifica-se, de forma geral: (a) o fornecimento por meio de recarga de botijões (P13, P45 e similares), com substituição de recipientes vazios por cheios diretamente no local de consumo; (b) o fornecimento com cessão de recipientes em regime de comodato; (c) o fornecimento com aquisição de recipientes (cascos) pela Administração; e (d) o fornecimento a granel, mediante instalação de tanques estacionários.

Dentre as alternativas identificadas, a solução descrita na alínea “a” mostra-se a mais vantajosa para a Administração, tendo em vista sua ampla utilização, simplicidade operacional, menor necessidade de infraestrutura, maior flexibilidade logística e facilidade de atendimento imediato às demandas, especialmente em razão da necessidade de entregas rápidas e descentralizadas. As demais alternativas, embora possíveis, apresentam limitações, como maior custo inicial, dependência contratual mais rígida ou necessidade de adequações estruturais, o que reduz sua atratividade no contexto analisado.

Em se tratando da solução escolhida, registra-se que é a metodologia atualmente utilizada pelo município, existindo empresas no mercado capazes de atender as condições e prazos estabelecidos e inexistindo relatos, no âmbito da contratação interior, de impossibilidade de execução nos moldes definidos ou da necessidade de modificação da metodologia de execução e escolha de outra solução.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Utilizando dos valores das últimas contratações para o objeto^{1 2}, estima-se para a presente contratação os seguintes valores:

ITEM	QTDE	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
Casco de gás vazio de 13 kg	5	277,53	1.387,65
Casco de gás vazio de 45 kg	5	928,05	4.640,25
Recarga de gás GLP 20kg	50	214,09	10.704,50
Recarga de gás P13	600	130,21	78.126,00
Recarga de gás P45	250	550,00	137.500,00
			R\$ 232.358,40

Sem prejuízo da pesquisa de preços a ser posteriormente efetivada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado para a contratação é de **R\$ 232.358,40 (duzentos e trinta e dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos)** para um ano de consumo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo e sob demanda de gás GLP, por meio da recarga de recipientes transportáveis dos tipos P13, P45 e 20 kg, com entregas diretamente em todos os prédios públicos municipais indicados pela Administração. De forma complementar e eventual, prevê-se também a possibilidade de fornecimento de recipientes (cascos), a fim de atender situações excepcionais, como substituição por avarias, extravios ou necessidade de ampliação da capacidade operacional. A execução contratual abrange, portanto, a logística de distribuição, o transporte adequado e seguro, a substituição dos recipientes, o atendimento ágil às solicitações e a garantia da qualidade e conformidade do produto fornecido.

Análise dos riscos

O risco de maior relevância identificado refere-se à variação dos preços do GLP, tendo em vista tratar-se de produto sujeito a oscilações constantes de mercado, influenciado por fatores econômicos, logísticos e regulatórios. Tal característica confere elevada probabilidade de ocorrência e impacto significativo, podendo comprometer a execução contratual caso não haja mecanismos adequados de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Nesse sentido, a previsão de cláusulas de reajuste e de reequilíbrio contratual mostra-se essencial para mitigar os efeitos dessas variações, devendo ser tratada como risco compartilhado entre as partes.

Outro risco relevante diz respeito ao aumento dos custos logísticos, especialmente relacionados ao preço dos combustíveis, que impactam diretamente a atividade de distribuição. Assim como no caso anterior, trata-se de risco com probabilidade moderada a alta e impacto relevante, exigindo previsão contratual de medidas que permitam a recomposição dos custos, quando devidamente comprovados.

¹ <https://pncp.gov.br/app/contratos/76950096000110/2025/73>

² <https://pncp.gov.br/app/editais/76950096000110/2025/135>

No que se refere aos riscos operacionais, destacam-se as falhas na logística de entrega e o eventual fornecimento de produto em desconformidade. Tais riscos possuem impacto direto na continuidade do serviço público e na segurança das operações, sendo, contudo, de responsabilidade predominante da contratada, que deverá demonstrar capacidade técnica e operacional para mitigá-los. A Administração, por sua vez, deverá atuar por meio de fiscalização eficiente, garantindo o cumprimento das obrigações pactuadas.

A impossibilidade de manutenção de estoque de recipientes por parte da Administração eleva a criticidade do risco de desabastecimento, o que justifica a exigência de prazos reduzidos para atendimento das demandas. Nesse contexto, eventuais atrasos na entrega podem gerar impactos imediatos na prestação dos serviços públicos, razão pela qual esse risco deve ser rigorosamente monitorado durante a execução contratual.

Por fim, riscos de natureza regulatória e de segurança, como alterações nas normas aplicáveis ao setor e ocorrência de acidentes, devem ser considerados como riscos compartilhados, demandando atuação conjunta das partes para prevenção e mitigação, especialmente mediante cumprimento rigoroso das normas técnicas e legais.

Diante do exposto, conclui-se que os riscos identificados são, em sua maioria, gerenciáveis e passíveis de mitigação por meio de adequada estruturação contratual, definição clara de responsabilidades, fiscalização efetiva e previsão de mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro, não representando óbice à viabilidade da contratação, mas sim elementos que devem ser devidamente considerados para garantir a execução eficiente e segura do contrato.

Continuidade do fornecimento

Considerando que o objeto consiste no fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), insumo indispensável à manutenção regular das atividades desenvolvidas nas unidades administrativas municipais, a contratação deverá ser formalizada pelo prazo inicial de 12 (doze) meses.

A adoção desse período mostra-se adequada por possibilitar o acompanhamento da execução contratual ao longo de ciclo suficiente para avaliação do desempenho da contratada, aferição da adequação dos quantitativos estimados, análise da qualidade dos serviços prestados e verificação da vantajosidade econômica da manutenção da avença.

Ademais, por se tratar de fornecimento contínuo, cuja interrupção pode comprometer a prestação de serviços públicos essenciais, revela-se juridicamente cabível a previsão de prorrogações sucessivas, desde que mantidas as condições de vantajosidade para a Administração, a regularidade da execução contratual e o interesse público devidamente demonstrado, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tal sistemática proporciona maior estabilidade contratual, reduz a necessidade de instauração frequente de novos procedimentos licitatórios, confere maior eficiência administrativa e contribui para a racionalização dos custos operacionais envolvidos na contratação, sem prejuízo da obrigatória avaliação periódica quanto à economicidade e à manutenção das condições inicialmente pactuadas.

Dessa forma, a fixação do prazo inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite legal de 5 (cinco) anos, mostra-se medida compatível com a natureza continuada do objeto, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

8. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação em lote único, contemplando o fornecimento de recargas de recipientes P13, P45 e 20 kg, bem como o eventual fornecimento de cascos, mostra-se tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa, não sendo recomendável o parcelamento da solução.

Isso porque a centralização em um único fornecedor permite maior integração logística, assegura uniformidade na prestação dos serviços, facilita o cumprimento de prazos reduzidos de atendimento e simplifica a gestão e fiscalização contratual. Ademais, a divisão da contratação entre múltiplos fornecedores poderia comprometer a eficiência do atendimento, especialmente em situações emergenciais, além de aumentar o risco de inconsistências operacionais e dificultar a responsabilização.

Assim, o não parcelamento contribui para a manutenção da qualidade, da agilidade e da continuidade do serviço público.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação visa assegurar a continuidade do fornecimento de gás às unidades administrativas, evitando interrupções que possam comprometer a prestação dos serviços públicos essenciais. Pretende-se, ainda, garantir maior eficiência operacional, com atendimento ágil das demandas, especialmente em razão da impossibilidade de manutenção de estoque de recipientes, bem como promover a padronização do fornecimento, a melhoria no controle contratual e a redução de riscos associados à descontinuidade do serviço. Como resultado, espera-se maior segurança, economicidade e regularidade na execução das atividades que dependem do referido insumo.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Indicar os locais

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação não possui, em regra, dependência direta de outras contratações para sua viabilização, tendo em vista que o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), por meio de recargas de recipientes transportáveis, constitui atividade autônoma e amplamente difundida no mercado, podendo ser executada de forma independente.

Todavia, identifica-se a existência de contratações correlatas, na medida em que o adequado fornecimento de gás está diretamente associado ao funcionamento de serviços públicos essenciais, especialmente aqueles vinculados ao preparo de alimentos, como eventuais contratos de fornecimento de gêneros alimentícios, bem como à operação de equipamentos e estruturas que demandem o uso do insumo. Nesse sentido, embora não haja interdependência contratual formal, a ausência ou interrupção do fornecimento de gás pode impactar negativamente a execução dessas outras contratações.

Adicionalmente, pode-se considerar como correlatas eventuais aquisições de equipamentos ou utensílios que utilizem GLP, bem como serviços relacionados à manutenção de instalações prediais que envolvam redes internas ou adequações para uso seguro dos recipientes, ainda que tais contratações não constituam condição prévia para a execução do objeto ora analisado.

Dessa forma, conclui-se que não há contratações interdependentes que condicionem a presente contratação, mas há contratações correlatas cujo desempenho pode ser afetado pela regularidade do fornecimento de gás, reforçando a importância da continuidade e eficiência do objeto a ser contratado.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação possui previsão no Plano de Contratações Anual do presente exercício.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação envolve impactos ambientais indiretos, principalmente relacionados ao transporte do produto e ao manuseio de substância inflamável. O GLP, entretanto, é considerado um combustível de queima relativamente limpa, com menor emissão de poluentes em comparação a outras fontes fósseis. Ainda assim, podem ser identificados riscos potenciais, como emissões decorrentes da logística de distribuição, possibilidade de vazamentos e descarte inadequado de recipientes danificados. Tais impactos podem ser mitigados mediante o cumprimento das normas técnicas aplicáveis, a utilização de recipientes certificados e dentro dos prazos de requalificação, bem como a observância das exigências de segurança no armazenamento, transporte e manuseio.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação pretendida mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e de mercado, considerando a ampla disponibilidade de empresas aptas a fornecer o objeto, a padronização da atividade no setor e a inexistência de necessidade de investimentos estruturais relevantes por parte da Administração.

A solução adotada é amplamente utilizada por entes públicos, demonstrando sua adequação às rotinas administrativas e sua compatibilidade com as exigências legais e normativas. Além disso, a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, revelando-se adequada ao interesse público e alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021.

Ubiratã, PR, 27 de abril de 2026.

Assinado por:
Renan Felipe da Silva Lima
04/05/2026 - 16:14
FBBCKLOURS5M1DXST5RST0A

Renan Felipe S. Lima
Divisão de Planejamento das Contratações